

NÓS TAMBÉM SOMOS PARTE DESSE MUNDO VERDE: Os Judeus na formação econômica da Amazônia*

Por Elias Salgado¹

Esta apresentação é resultante de um processo de iniciativas que visam o estudo e a preservação da presença do elemento judaico na Amazônia brasileira.

Tal processo teve início há 25 anos, quando realizamos nossa pós-graduação na Universidade Hebraica de Jerusalém e lá apresentamos os resultados de nossos primeiros estudos sobre o tema. Naquele então, éramos apenas 10 estudiosos da presença judaica na Amazônia, em todo o mundo. Passados todos estes anos, é quase impossível mensurar os estudos acadêmicos e independentes que são realizados no Brasil e em vários países

Como costumo dizer que, finalmente, a Amazônia colonizada por judeus se tornou campo de pesquisas e estudos por antropólogos, críticos literários, geógrafos, historiadores... uma panóplia de investigadores que trouxeram e trazem a Amazônia judaica sob o foco de profissionais universitários e 'scholars' de diversas origens, não só judeus. E isto, sem falar nos atuais moradores da Hileia, que trazem depoimentos dos mais importantes sobre a vivência no bioma amazônico!

Nossa apresentação é baseada, principalmente, na leitura de: *Eretz Amazônia*, de Samuel Benchimol um pioneiro nos estudos amazônicos judaicos; também em obras de David José Pérez, de Nachman Falbel, Eva Blay (artigo), Reginaldo Heller, Michel Gherman, David e Elias Salgado e União Israelita Shel Guemilut Hassadim – 150 anos de atos de bondade, este uma coletânea composta por mim, de depoimentos e histórias da Sinagoga sefardita no Rio de Janeiro, além de três artigos de nossa autoria, já divulgados em apresentações em congressos internacionais e publicados em coletâneas pelo selo Amazônia Judaica.

Os principais recortes temáticos a serem abordados aqui hoje, são: tópicos relevantes sobre os primórdios do Antissemitismo e o Sionismo, Antissemitismo e o Integralismo durante a gestão de Getúlio Vargas, e Antissemitismo e a Economia. Poucos, mas muito importantes e influentes judeus atuaram na região amazônica, como veremos dentro em pouco, começando no século XX e incluindo o que temos do século XXI.

¹ Pós graduado em História do Povo Judeu pela Universidade Hebraica de Jerusalém. Diretor Fundador do CEJA – Centro de Estudos Judaicos da Amazônia e do AHAJ – Arquivo Histórico Amazônia Judaica (www.amazoniajudaica.com.br). É Diretor do Conselho Acadêmico do CIES – Congresso Internacional de Estudos Sefarditas. Membro do CJNM – Center and Archive of the Judaism of the Northern Morocco. Pesquisador Associado do NIEJ – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ

A presença judaica na Amazônia tem início em torno de 1810 como podem comprovar a criação das duas primeiras sinagogas do Brasil: Shaar Hashamaim(1823 ou 1824) e Essel Avraham (1826 ou 1828), na cidade de Belém, no estado do Pará, bem como as sepulturas encontradas no primeiro cemitério judaico daquela cidade: o da Avenida Soledade, fundado em 1848. A sepultura mais antiga, datada de 27 de *Sivan* (maio/junho) de 1848 é do Senhor Mordechai Hacoheh.

O primeiro pedido de naturalização e de licença para comerciar que se tem conhecimento é do judeu marroquino José Benjói. Este foi solicitado em 1823. Outra citação bem antiga encontra-se no Jornal *Kol Israel* ([Voz de Israel](#)) editado pelo Major Eliezer Levy, em seu número de 8 de dezembro de 1919. (Devo lhes dizer, entre parênteses, que o Major Eliezer Levy, que foi governador da província do Amapá, foi avô do Dr. Sergio Simon, eminente Presidente do Museu Judaico, onde nos encontramos agora).

Voltando à citação antiga, no jornal Voz de Israel, lemos que a primeira licença para comerciar, dada pelo Governo Imperial do Grão-Pará e assinada pelo Marechal Francisco D Andrea, em 4 de julho de 1838, foi à firma de um comerciante judeu marroquino, Simão Benjói, para abertura de uma loja no largo do Pelourinho. Logo a seguir, novas licenças concediam os mesmos privilégios às firmas de judeus marroquinos: Bendalak & Cia; Ana Fortunato; Salomão Levy & Irmão; Fortunato Cardoso e Duarte Aflalo, ntre outros.

As razões que motivaram a saída daqueles judeus em direção à Amazônia brasileira já foram anteriormente estudadas por Mirelman (1987), Bentes (1989), Liberman (1990), Benchimol (1998), Heller(2010) entre outros. As emigrações desde o Marrocos se evidenciam por dificuldades de sobrevivência nos “mellahs” (bairros judeus), traduzidas por pobreza, super população em espaços restritos e epidemias de cólera e peste bubônica, como as de 1790 e 1818.

Temos também, como estímulo para a emigração, a criação de escolas da Aliança Israelita Universal no Marrocos. Segundo Benchimol, as escolas da Aliança Israelita em Tânger e Tetuan, “tiveram papel importante na educação e preparação de judeus, retirando-os da pobreza e ignorância em que viviam no Marrocos e estimulando-os a emigrar para outros países que pudessem oferecer melhores oportunidades para viver e manter as suas tradições judaicas”. O autor cita Vitor Mirelman, que informa que dos 417 rapazes formados pela escola da A. I. U. de Tetuan em 1862, 47% deixaram o país emigrando para outros países, entre eles, o nosso Brasil.

Na época da crise da borracha, quando os exportadores ingleses, alemães e franceses abandonaram Manaus e Belém, coube aos judeus marroquinos, assim como portugueses e árabes, substituí-los nessas funções, fornecendo à sociedade local a liderança econômica e social necessária para sobreviver nas décadas de depressão e *débâcle* da borracha. (Benchimol, 1998: 54).

Os acordos de 1808 e a conseqüente abertura dos portos, bem como a Constituição Imperial de 1824 que estabeleceu a religião católica como religião oficial, embora todas as outras religiões fossem permitidas desde que em cultos domésticos ou particulares, em casas para isso destinadas, sem forma externa de templo.

Pelo Art. 179 dessa mesma Constituição ordena: “Ninguém mais poderia ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeitasse a do Estado e não ofendesse a moral pública”.

As sinagogas assim poderiam funcionar em casas de famílias judaicas como ocorreu logo de início, quando começou a emigração sefardi-marroquina para Belém, por volta de 1810.

A primeira Constituição republicana (1890)

Com o advento da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi baixado pelo governo provisório o Decreto 119 de 7 de janeiro de 1890, que

aboliu a união legal da Igreja com o Estado e instituiu o princípio de plena liberdade de culto.

Adaptando-se e aculturando-se

Em entrevista concedida por Rubem Salgado, no Rio de Janeiro, em 30/01/97, este afirma:

“Meu pai trabalhava no ‘regatão’ no rio Purus para sustentar seus nove filhos e minha mãe o ajudava fazendo doces e salgados que meu irmão David ajudava a vender.

Éramos muito pobres. Meu pai, Lázaro Salgado, também servia de ‘chazan’ (cantor litúrgico) e ‘mohel’ (aquele que realiza a circuncisão). Muitas vezes presenciei meu pai chegar à casa de suas viagens pelos rios com pouco dinheiro, mas feliz pelos casamentos, bar-mitzvah (maioridade religiosa) e brit-milah (circuncisão) que havia celebrado”.

“Lembro-me ainda de pequeno os ‘minianim’ (quorum de dez homens com mais de treze anos) que meu pai organizava em nossa casa no ‘Rosh Hashaná’ (Ano Novo) e no ‘Yom Kipur’ (Dia do Perdão)”.

“(…) Meu pai, meu tio Miguel Azulay e Jacob Azulay foram os responsáveis pela vinda do primeiro ‘Sefer Torah’ (pergaminhos da Bíblia) para Manaus. Foi comprado por meu tio Miguel. Graças a eles é que existe a ‘Kehilá’ (comunidade) de Manaus”.

A partir do depoimento acima, que bem serve como exemplar de várias outras famílias de judeus marroquinos que imigraram para o norte, podemos inferir que a presença sefardi-marroquina na Amazônia caracteriza-se, entre outros aspectos, por uma relação de aculturação e preservação. Tal relação foi analisada por Eva Blay em trabalho intitulado “Judeus na Amazônia” (1997), no qual a autora aponta para a manutenção pelos imigrantes judeus dos processos de organização social que os caracterizaram ao longo da história, em seus países de origem, demonstrando tal processo através do uso como paradigma do exemplo dos judeus da Amazônia.

A igual exemplo do caso de Lázaro Salgado, o qual podemos perceber no presente trabalho, Blay narra a trajetória das famílias Benchimol e Athias e conclui:

“Portanto, a distância não significava isolamento nem esquecimento de raízes aprendidas. O isolamento era relativo, os contatos constantes, porém, com longos períodos de afastamento. Obedecendo a um calendário religioso, à beira dos rios, dos igarapés, improvisava-se uma casa de oração, e se reuniam os judeus das ‘proximidades’ – o tempo se media em dias de barco. O calendário judaico era o mesmo que em qualquer parte do mundo”.

O modo de conviver era amazônico – a rede, o alimento vindo do rio, a roupa. É óbvio que outros judeus tiveram participação na formação da comunidade judaica milenarmente presa aos valores culturais e religiosos centralizados em torno das comunidades, que procuravam criar como forma de assegurar a continuidade de sua própria cultura e tradição”.

Os judeus no boom do Ciclo da Borracha

A Amazônia brasileira se destacava como o maior produtor mundial de borracha e o grande boom deste ciclo produtivo se deu entre os anos 90 do século XIX e a primeira década do século XX, tendo seu ano de pico em 1910, quando foram exportadas 38.547 toneladas de borracha, ao preço de 25,25 milhões de libras esterlinas.

“Esse boom durou mais de 50 anos e fez deslocar cerca de 300.000 nordestinos imigrantes, sobretudo a partir de 1877 e 1888, em virtude da seca.”
Durante esse período, a Amazônia foi povoada, também, por grande número de europeus e migrantes portugueses, espanhóis, italianos, franceses, ingleses, alemães, além de sírio-libaneses chegados no final do século XIX. No entanto, depois dos cearenses e portugueses, a maior contribuição, tanto quantitativa quanto qualitativa, proveio dos sefaraditas marroquinos” (Segundo Samuel Benchimol, 1998:75)

Em sua maioria “aviada” por algum judeu próspero de Belém e Manaus foram para o interior.

Muitos desses pioneiros começaram como empregados, balconistas, gerentes de depósito, donos de flutuantes, guarda-livros e terminaram sua carreira como seringalistas e Coronéis de Barranco.

É interessante observar como aqueles judeus “regatões” praticavam uma atividade que pode ser perfeitamente comparada à de “clientelista” (ambulante, prestamista) (8) praticada pelos judeus ashkenazitas oriundos da Europa Oriental, com a diferença de que estes comerciavam pelas ruas e os sefaradim pelos rios, isto sem manterem contatos entre eles. (ver Salgado, 2000:43).

A partir de 1911 tem início o período de colapso e estagnação e o advento da crise da borracha. Começa, então, uma enorme onda migratória do interior amazônico rumo às capitais Belém, Manaus e até Rio e São Paulo.

Como consequência desta crise dá-se também um grande número de falências entre as empresas ligadas à produção e à exportação da borracha.

Os judeus da Amazônia e os primórdios do sentimento nacional judaico no Brasil

Ao pesquisarmos sobre os primórdios do Movimento Sionista no Brasil, encontramos que as primeiras atividades sionistas neste país tiveram início quase que simultaneamente ao início das atividades do movimento na Europa. No Brasil, a iniciativa sionista nasceu no coração da Selva Amazônica, no seio da pequena e distante comunidade sefardi-marroquina, que já na virada do século, travava contato com o diretivo do movimento na Europa.

Eram iniciativas isoladas de um pequeno grupo de pioneiros ativistas, ainda sem nenhum cunho organizativo, fato que só viria a ocorrer na segunda década deste século.

Avraham Milgram levanta a questão do porquê desta iniciativa: se por razões humanísticas de solidariedade e identificação (já que nenhuma causa de outro gênero, tal como reação a antissemitismo, como no caso do ocorrido com os judeus da Europa), poderia ser apontada, dado que os judeus sefarditas do Marrocos já gozavam de uma vida próspera e tranquila. E aponta para a

necessidade de um estudo mais profundo que assinale causas de tal questão histórica, apesar de citar o incidente ocorrido em 1901, nas cidades de Cameté e Baião, quando várias casas comerciais de judeus foram saqueadas por membros da população local.

Milgram assinala que tal incidente não deixou marcas na história destes sefarditas. Porém nesse ponto encontramos um fato posterior que, acredito, tenha correlação com tal incidente: trata-se da alteração feita nos estatutos da antiga “Sociedade de Exercício da caridade” (Hebrá Guimilut Hassadim), da comunidade de Belém, de 1902, que na oportunidade incluiu nos seus estatutos um novo objetivo da Hebrá: “Defender os irmãos, de qualquer perseguição injusta que por acaso pudessem sofrer em todo o Estado”. Mais adiante, novos estudos, como o de Michel Gherman, “O início do Sionismo no Brasil”, em que o autor aponta para o papel exercido pelos professores das escolas da Aliança Israelita Universal que, mesmo não sendo oficialmente sionistas, eram extra-oficialmente, tentando influenciar seus alunos, para entender e se filiar à causa sionista.

Na Amazônia, tais atividades sionistas se configuram por correspondências mantidas com o diretivo do Movimento Sionista de então e por parcas contribuições à causa, objetivando a compra de terras na Palestina para assentamento de “chalutzim” (pioneiros) e criação de novos núcleos judaicos. A partir de 1908, ocorre uma mudança de eixo no ativismo brasileiro para o sul do país, quando então inicia atividades o sefardita José David Peres (nascido em Breves no Pará em 01/03/1883, mas que passa a viver no Rio de Janeiro). Peres foi o fundador do primeiro jornal judeu em língua portuguesa do Brasil – “A Columna” (“HaAmud”), tendo como um dos principais objetivos a luta em prol da causa sionista.

Uma das pessoas que mais se destacaram no judaísmo paraense como homem voltado às questões sociais e comunitárias relativas à imigração israelita no norte do país foi o major Eliezer Levy.

Uma das pessoas que mais se destacaram no judaísmo paraense como homem voltado às questões sociais e comunitárias relativas à imigração israelita no norte do país foi o major Eliezer Levy.

Ainda muito jovem, estabeleceu-se no comércio participando como titular da firma E. Levy & Cia. – Comissões e Consignações e, a partir de 1910, fez parte da diretoria da Maju Ruber Company, presidida pelo Comodoro Benedit. Gerenciou ainda a firma italiana de navegação C. B. Merlin.

Eliezer Levy ingressou na Guarda Nacional e chegou ao posto de coronel, ainda que fosse sempre conhecido como major Levy. Advogado, foi ativo na política local, sendo prefeito três vezes: do município de Macapá, Afuá (no Pará) e novamente de Macapá.

Entre 1918 e 1926, Eliezer Levy atuou como advogado no escritório de Francisco Jucá Filho, Procurador Geral da República e Álvaro Adolfo de Silveira, deputado estadual e chefe do Partido Conservador. Ainda que ele mesmo pertencesse ao Partido Republicano Federal desde a sua fundação. Apesar das divergências políticas, sua amizade com os colegas de trabalho teria futuramente importância decisiva na posição brasileira durante a votação na ONU para a criação do Estado de Israel.

Segundo a sua filha, a escritora Sultana Levy Rosenblatt, o jornal sionista que Levy fundou em 1918, o “Kol Israel” (A Voz de Israel), assim como os serviços de datilografia das instituições da comunidade judaica, eram realizados sempre naquele movimentado escritório de advocacia, colocando, portanto, os problemas do nacionalismo judaico e do movimento sionista na pauta das discussões daqueles advogados.

Oswaldo Aranha

Todos os partidos políticos foram extintos em 1937, mas pouco tempo depois foi fundado o Partido Social Democrático, chefiado no Pará por Magalhães Barata. Eliezer Levy ingressou no novo partido e passou a ter uma posição de destaque, tornando-se grande amigo daquele líder, conseguindo ao mesmo tempo trazer seu velho companheiro, o advogado Álvaro Adolfo da Silveira, ao mesmo partido. Este último seria eleito mais tarde senador da República pelo

PSD. Álvaro Adolfo foi designado para fazer parte da comitiva que acompanharia Oswaldo Aranha à ONU, como seu assessor político.

Sultana Rosenblatt relata que na hora da votação para o reconhecimento do Estado de Israel, Álvaro Adolfo sentiu que conhecia minuciosamente o assunto, sem se lembrar bem como e por que. Após uma retrospectiva, passou por sua lembrança o escritório da rua 13 de Maio, onde Eliezer Levy trabalhava e onde se discutiam assuntos sobre a criação de Israel. Álvaro Adolfo era coordenador da votação e conseguiu descobrir três países que votariam contra: pediu a Oswaldo Aranha que suspendesse a sessão, e após vários dias de trabalho na conquista dos adversários, conseguiu dobrá-los. Continuada a votação, o resultado foi: “mais dois votos favoráveis e um em branco”, o que levaria a criar a maioria necessária para a formação de um Estado Judeu.

O “Kol Israel” se definia como “jornal independente de propaganda sionista”, “órgão do Comitê Ahavat Sion” (Amor a Sião) e foi outra das iniciativas de Eliezer Levy. Seu primeiro número saiu em 8 de dezembro de 1918, exatamente uma semana depois do cortejo de carros alegóricos.

A Segunda Guerra Mundial – O integralismo caboclo e os judeus na Campanha da Borracha

Os anos de guerra eram de efervescência política. A reticência do governo Vargas de se decidir sobre os rumos da participação brasileira no conflito agitava o país. Na capital amazonense não foi diferente. Nos meses que antecederam a decisão brasileira, conforme testemunho do Prof. Samuel Benchimol, políticos e jovens estudantes saíram às ruas para protestar. De um lado (e dentre eles Benchimol) estavam os partidários da adesão em favor dos aliados, de outro, os simpatizantes integralistas da adesão ao Eixo. Como líderes deste bloco podiam ser encontrados Carlos Lostério e o futuro governador do Estado do Amazonas, José Lindoso.

Em 1942 o Brasil finalmente entra na Guerra em favor dos aliados.

O período era tenso. No início daquele mesmo ano são assinados os Acordos de Washington que, entre vários itens, determinava que o Brasil deveria participar no esforço de guerra através do aumento substancial da produção de borracha, dado que os Estados Unidos se viam impossibilitados de acesso à borracha produzida na Ásia devido ao desdobramento do conflito naquela região.

Como consequência das determinações de tais acordos, foram criados o Banco da Borracha (Decreto Lei 445 de 9 de julho de 1942), com 55% do capital subscrito pelo governo brasileiro; 40% pela *Rubber Reserve Company*, uma entidade governamental norte-americana e 5% de subscrição pública; e a S. A.V. A.- Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, criada pelo Decreto Lei 5.044 de 04/12/42.

O Banco objetivava dar auxílio financeiro aos seringalistas, cabendo a ele a exclusividade e o monopólio das operações finais de compra e venda da borracha. Tais atividades vêm romper com as velhas estruturas do sistema de aviamentos que formavam a cadeia produtiva aviador-seringalista-seringueiro, desbancando aquelas firmas que operavam anteriormente.

Com esta nova realidade, muitas das firmas aviadoras tradicionais, dentre elas a B. Levy & Cia., a mais importante firma aviadora e proprietária de armazéns de Manaus, passou a ter várias dificuldades que a levaram à falência em 1943. Já a S. A.V.A. propunha, através do Decreto Lei que a criou, controlar a estrutura de funcionamento da produção e comércio, bem como o abastecimento.

Naquele período exercia o cargo de Diretor Regional o ex-secretário de Economia e Finanças do Governo Álvaro Maia, o judeu Rubem Salgado, filho de Lázaro Salgado, que, segundo aponta o Prof. Benchimol, “Foi o primeiro judeu de importância pública no Amazonas. Era como o José bíblico da Amazônia. Rubem podia, com seu poder, transformar-se e também transformar um comerciante em milionário da noite para dia”.

A trajetória de Rubem Salgado



Longa foi a trajetória de vida deste filho de imigrantes pobres do Marrocos até alçar altos cargos no Governo Álvaro Maia, no Estado do Amazonas.

Nascido em Tefé, no interior do Amazonas, em 18 de junho de 1901, faleceu no Rio de Janeiro em 08 de novembro de 1999. Filho de Lázaro Salgado e Sime Alves Salgado, passou sua infância em Tefé, onde seu pai trabalhava como “regatão”, viajando pelos rios amazônicos. Ali obteve sua primeira formação secular em escola da cidade e sua formação religiosa obteve em casa dos seus próprios pais. Em 1915, algum tempo após receber sua maioridade religiosa, como era comum entre aqueles imigrantes, foi enviado por seu pai ao Marrocos, à casa de parentes de sua mãe para se casar com uma prima “prometida”.

Empreendeu sua viagem via Lisboa, hospedando-se na casa da família Israel, amigos de seu pai. Lá conheceu uma moça de nome Cette, que veio a ser sua futura esposa, sete anos depois em 1921.

Naquele mesmo ano seguiu viagem para Casablanca no Marrocos, lá chegando desfez o compromisso, mas foi convidado por seu anfitrião, Menachem Aflalo a estudar numa escola da Aliança Israelita Universal, onde permaneceu por 3 anos.

De volta ao Brasil, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, passando a trabalhar na empresa de navegação francesa *Chargeaux Réunis*.

Foi ali que anos mais tarde aconteceu o encontro que iria modificar de vez sua vida:

No início dos anos 30, estando de viagem ao Rio, o futuro interventor do Amazonas no governo Vargas, Álvaro Maia, (23) lhe fez um convite para participar de seu governo, por suas aptidões, formação, e por gratidão, pois seu pai, Lázaro, havia salvado a vida de Maia no rio Purus, conforme depoimento do próprio Rubem Salgado.

Rubem Salgado ingressou então na Fazenda do Estado em 1930.

Assumindo a função inicial de Inspetor de Rendas, da qual se aposentou em 1954, Salgado exerceu inúmeros cargos de confiança na administração Álvaro Maia, dentre eles o de Diretor da Fazenda do Estado, 1o. Secretário de Finanças e Delegado Regional da S.A.V.A.

Em todas as entrevistas concedidas, Rubem Salgado fez referências foram confirmadas pelo Prof. Samuel Benchimol), às enormes pressões que sofreu por parte de comerciantes locais, no período de racionamento (a partir de 1942), principalmente por grupos alemães com destaque aos Kramer e à empresa General Harbour. Eram pressões ligadas a questões econômicas e de abastecimento, mas segundo Salgado, de cunho claramente **antissemita**, que o atingiam pessoalmente através da imprensa local.

Seu maior desafeto político era Arthur Virgílio, ex- Secretário de Finanças, ex-deputado e Senador.

As pressões levaram Rubem Salgado a tomar uma atitude drástica: abandonou suas funções em 1945 e radicou-se no Rio de Janeiro.

Mais tarde, em 1951 quando assume de novo, desta vez democraticamente o governo no Amazonas, Álvaro Maia reconduz Rubem Salgado a seu cargo na Fazenda, do qual se aposentou definitivamente em 1954.

Na iniciativa privada, Salgado atuou no Grupo Bennesby, do qual se afastou com mais de 80 anos de idade.

Além de suas funções públicas e empresariais, Salgado dedicou grande parte de sua vida à religião. Sócio Benemérito de sua sinagoga, a Shel Guemilut Hassadim no Rio, foi seu Diretor Financeiro por várias gestões.

Ao falecer deixou uma família numerosa: 7 filhos, 5 netos e 5 bisnetos.

AS MIGRAÇÕES NORTE – SUDESTE: Principais aspectos

Os judeus no contexto das migrações Norte-Sudeste

Se tomarmos como base o universo de entrevistados para o projeto **União Israelita Shel Guemilut Hassadim – 150 anos de atos de bondade**, e nele aqueles cujas famílias se inserem neste contexto migratório, poderemos averiguar que as causas que levaram seus antepassados a migrarem para o Rio de Janeiro estão, de uma maneira ou de outra, relacionadas com a busca por melhores condições de formação profissional e estão em boa parte inseridas no que Samuel Benchimol aponta como parte do processo que caracteriza o que o sociólogo denomina “**A quarta geração: tempo dos doutores e profissionais**”, na qual muitos jovens se deslocavam para outras capitais para estudar (Ver caso de Raphael Benchimol, Rubem David Azulay e Miguel Benjó, por exemplo)

Porém, neste trabalho, optamos por apresentar dois casos que estão inseridos em razões políticas e econômicas de ordem pública e que ocorreram no período da 2ª. Guerra Mundial, durante a chamada Era Vargas (1930 – 1945) e são eles: Rubem David Azulay (Ver “**União Israelita Shel Guemilut Hassadim, 150 anos de atos de bondade**, org. SALGADO, Elias, 2023) e Rubem Salgado (**História e Memória, judeus e industrialização no Amazonas**, SALGADO Elias e David 2015), e os dois casos estão, de alguma maneira, ligados à política na Amazônia, no período em questão.

RUBEM DAVID AZULAY:



Em entrevista para o projeto União Israelita Shel Guemilut, concedida às pesquisadoras, Adriana Abuahab Bialski e Myriam Rosenblit Szwarcbart,

David Rubem Azulay atual presidente da sinagoga, descreve assim, as razões da vinda de seu pai, Rubem David Azulay para o Rio de Janeiro:

“...Quando meu pai ainda era secundarista, com 16 anos, participou de uma campanha eleitoral para o Major Barata, mais precisamente de uma caravana política de barco, sendo tão atuante que virou o orador oficial. Com Major Barata ganhando as eleições, ele pediu uma bolsa na faculdade de Medicina, que lhe foi concedida. Meu pai já estava indo para o terceiro ano, num momento político acirrado no país, de um lado, a democracia com o meu pai orador da União Democrática Estudantil Paraense (UDEP), do outro, os integralistas. O integralismo cresceu e meu pai só não foi expulso da faculdade porque um professor muito íntegro o defendeu por ser um aluno de extrema inteligência e aplicado. Porém, apesar de não terem conseguido jubilá-lo, ele teve que pagar os dois anos retroativos do período que cursara. Com sua astúcia, ele criou um curso na matéria de Histologia que era o terror do curso, começou a dar aulas para os alunos e quitou sua dívida. Num encontro de jovens da UDEP, no Teatro da Paz, enquanto meu pai proferia seu discurso, apareceram os integralistas de forma truculenta, houve uma briga generalizada e foi aí que ele percebeu que não dava mais para continuar em Belém. Saiu do Pará, pegou o Ita do Norte e rumou para Niterói, capital fluminense, formando-se em 1941. Começou então a trabalhar e trouxe um a um os sete irmãos e a mãe”.

Esta narrativa se insere no contexto dos Anos Vargas, no período da 2ª. Guerra Mundial, em Belém do Pará e mostra exemplarmente a situação de extremos da política naqueles anos, na região amazônica, e mostra que a causa da migração de seu pai para o Rio, teve claras razões políticas.

Rubem David Azulay, médico dermatologista de formação, foi presidente da Shel Guemilut Hassadim por 5 mandatos, tornando-se um dos membros mais atuantes de toda a história da sinagoga.

O INTEGRALISMO E OS JUDEUS NA AMAZÔNIA: PENSANDO O ANTISSEMITISMO NA AMAZÔNIA:

As questões de agressões, manifestações e atos de estranhamento, perseguições e o ódio histórico aos judeus por questões religiosas, eco afins, característicos do antissemitismo histórico europeu, não podem ser apontadas no caso dos judeus na Amazônia. Seja em relação às perseguições conhecidas como “mata judeus” que se alastraram pelo interior de parte do Pará, em 1901 ou nos casos aqui apresentados, que são do período do Estado Novo, quando do fortalecimento do Integralismo, as causas para tais acontecimento ou são de ordem econômica, em sua maioria absoluta ou de razão política.

No caso específico do Integralismo, um movimento conservador ligado à Ordem Social da Igreja Católica e com uma forte identidade com o fascismo

italiano e o Integralismo português, não existia nenhuma ligação com a doutrina nazista, já que seu fundador, Plínio Salgado não era racista. No entanto alguns de seus integrantes, como Gustavo Barroso, tinham opiniões antissemitas. (Ver *Nem Rotschild Nem Trotsky: O pensamento antissemita de Gustavo Barroso* de Marcos Chor Maio).

Tão logo o partido iniciou suas atividades, influenciado pelo fascismo italiano,^{[7][14]} começaram a acontecer conflitos com grupos rivais, como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de forma análoga aos conflitos entre partidos fascistas e socialistas em diversos países à época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

Os trajetos dos nossos patrícios correligionários não foi nunca um mar de rosas. Os primeiros a chegar do Marrocos, encontraram uma Amazônia fechada até para os mais audaciosos. Não imaginariam que a floresta fosse assim tão imensa e tão densa. No entanto, abriram seus caminhos pelos rios e igarapés, pelas trilhas dos seringueiros, pelas margens e pelo interior da selva. E tudo isto sem se esquecer, para a maior parte das ondas imigratórias, sua religião, a judaica, que sobreviveu a todos os empecilhos que se mostravam a cada passo. Fazer o kashrut era um desafio, entre tantos outros, mas as abnegadas donas de casa conseguiam salgar e dessalgar, usavam todos os métodos possíveis para que a alimentação fosse conservada pura e 'b'seder'. As grandes datas eram celebradas, assim como os rituais que se seguiam ao nascimento de meninos, à passagem à idade de responsabilidades no bar-mitzvah, ao casamento feito por um e outro membro da comunidade, antes da chegada de um rabino. Como na história do Brasil, houve a figura de um 'juiz-de-fora', assim também a comunidade judaica da região amazônica teve seu 'rabino-de-fora'. Um deles é o que ficou famoso por milagres, hoje enterrado num cemitério católico em Manaus. Ninguém se atreve a retirá-lo de lá para um cemitério judaico – o povo o venera. Trata-se do rabino Mas não só na religião que os nossos irmãos marroquinos e seus descendentes se destacaram por sua perseverança. Foi em desbravar a mata recheada de cobras e outros animais perigosos, em entrar por rios onde não faltavam crocodilos famintos, que os primeiros imigrantes se tornaram heróis, embora sem reconhecimento patente. Em canoas e, muito mais tarde, em lanchas, eles enfrentaram tudo para poderem sustentar suas famílias e manter suas crenças o mais possível intactas e afastadas de tentações do que seria mais fácil, que seria aderir ao cristianismo. Heróis sem um reconhecimento patente foram aqueles que abriram lojas e armazéns para atender os caboclos, os seringueiros, sem explorar sua pobreza, como tantos outros fizeram antes e depois dos marroquinos judeus. Heróis também porque progrediram, à custa de tantos sacrifícios, e puderam enviar seus filhos para estudar longe, seja no Marrocos ou nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. E mais ainda, a intelectualidade de muitos dos nossos patrícios chamou a atenção de líderes políticos, como mencionado, tornando-os grandes colaboradores para o progresso da região, observando ou criando leis de proteção ambiental e econômica. Muitos dos que estudaram fora da região, voltaram como engenheiros, advogados, médicos e entre esses, muitos se estabeleceram nos estados do Pará, Amazonas e

outros. Daí que temos sinagogas em Manaus, em Belém, em Roraima, em Mato Grosso do Sul e para aqueles que ficaram no Rio, a grande sinagoga sefardita, a nossa Shel Guemilut Hassadim.

Nossa história, como descendentes dos marroquinos não termina – segue adiante, com obras literárias que contam dos percalços e das alegrias de viver no ambiente selvícola, hoje bastante urbanizado em muitas áreas.

Depoimentos e trabalhos ficcionais podem saciar a curiosidade de muitos entre nós que ainda não têm uma visão desejável do que foi e do que é a floresta amazônica que abraçou os judeus.

*Apresentado no Seminário “Jornadas judaico-amazônicas no Norte do Brasil – Museu Judaico de São Paulo – 24 a 27 de agosto – 2023

BIBLIOGRAFIA

BENCHIMOL, Samuel – Eretz Amazônia: Judeus na Amazônia- Valor, 1998

BLAY, A., Eva – Judeus na Amazônia, in Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo – Imago, 1997

FALBEL, Nachman – Judeus no Brasil: Estudos e Notas – Humanitas/Edusp, 2008

GHERMAN, Michel – O início do Sionismo no Brasil – Unifesp, 2018

HELLER, Reginaldo J. – Judeus do Eldorado, E-paper/ Amazônia Judaica, 2010

SALGADO, Elias e David – História e Memória: Judeus e industrialização no Amazonas – Amazônia Judaica, 2015

SALGADO, Elias - União Israelita Shel Guemilut Hassadim – 150 anos de atos de bondade – Talu Cultural, 2023
